

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº _____ 2021 (Das Sras. Vivi Reis e Talíria Petrone)

Requer a convocação do Ministro da Cidadania, Sr. João Roma, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as graves denúncias de natureza operacional e política referentes à não concessão do auxílio emergencial para mais de 400 mil famílias em comprovada situação de vulnerabilidade social que já estão, inclusive, cadastradas no Cadastro Único e na fila do Programa Bolsa Família

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no artigo 50 da Constituição Federal e nos termos do artigo 219 inciso I, §§ 1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Excelentíssimo Ministro da Cidadania, SR. JOÃO ROMA, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão sobre as graves denúncias de natureza operacional e política referentes à não concessão do auxílio emergencial a pessoas em comprovada situação de vulnerabilidade social que já estão, inclusive, cadastradas no Cadastro Único e na fila do Programa Bolsa Família





JUSTIFICAÇÃO

No dia 14 de junho de 2021, veio à baila graves denúncias de natureza operacional e política referentes à não concessão do auxílio emergencial a pessoas em comprovada situação de vulnerabilidade social que já estão, inclusive, cadastradas no Cadastro Único e na fila do Programa Bolsa Família. Portanto, há fortes indícios de que o governo federal está obstruindo, deliberadamente, o direito de milhões de brasileiros em situação de pobreza ou extrema-pobreza que fazem jus a, pelo menos, um dos benefícios.

Segundo dados obtidos pela Folha de São Paulo¹, 423,3 mil famílias (aproximadamente um milhão e meio de pessoas) em situação de profunda vulnerabilidade social não receberam a renda do Programa Bolsa Família em abril nem o auxílio emergencial. Isso justamente em um momento em que 117 milhões de pessoas, mais da metade da população, estão em situação de insegurança alimentar. Soma-se a isso o fato de que o desemprego, a subutilização e a informalidade estão registrando recordes na série histórica².

A extrema pobreza ainda figura como o grande problema do nosso país e tudo indica, a partir da política econômica de austeridade do Governo Bolsonaro, que ela deve aumentar substancialmente nos próximos anos.

Como agravante, temos o fato de que o auxílio emergencial em 2021, em sua versão já reduzida, foi desenhado para atender 45,6 milhões de famílias, com verba disponível de 11 bilhões. Contudo, a primeira parcela, em abril, foi paga a 39,1 milhões e o valor desembolsado foi de R\$ 8,9 bilhões — menos do que o



¹ https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-nao-paga-auxilio-a-mais-de-400-mil-na-fila-dobolsa-familia.shtml?utm source=whatsapp&utm medium=social&utm campaign=compwa

² Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan). Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/608097-numero-de-pessoas-com-fome-vai-a-19-milhoes-enseguranca-alimentar-dispara-no-brasil

PSOL NA CÂMARA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade Assessoria Técnica

estimado.

Na realidade, há fortes indícios de que se trata de mais um instrumento de obstrução deliberada (visando a contração fiscal), por parte do Governo Federal, da concessão dos benefícios referentes ao auxílio emergencial e Programa Bolsa Família a lares devidamente inscritos no Cadastro Único. É absolutamente ilegal e inconstitucional, num momento de grave crise, que o Estado brasileiro deixe desamparado mais de 400 mil famílias.

Diante da situação em que mais de 400 mil famílias aguardam a liberação do auxílio emergencial, mesmo já estando aptas por estarem cadastradas no Cadastro Único, a bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na Câmara dos Deputados considera urgente que o Ministro da Cidadania preste os esclarecimentos necessários perante esta Comissão e, por isso, requeremos às deputadas e aos deputados a aprovação desta convocação.

Brasília, 15 de junho de 2021

VIVI REIS

PSOL-PA

TALÍRIA PETRONE

PSOL-RJ

